



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL- CAPADR**

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. JOSÉ MEDEIROS)

Requer realização de audiência pública nesta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural- CAPADR para debater as denúncias relativas ao cancelamento irregular de títulos de propriedade rural pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Senhor Presidente, nos termos regimentais do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as denúncias de cancelamento indevido de títulos de propriedade rural no Estado de Mato Grosso, conforme relatos apresentados por produtores, autoridades locais e pelo deputado estadual Gilberto Cattani (PL/MT). Convidados:

- Sr. César Aldrighi, Presidente do INCRA;
- Sr. Gilberto Cattani, Deputado Estadual do Mato Grosso;
- Representante da Famato – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso;
- Representante da Associação dos Produtores Atingidos pelo Cancelamento de Títulos (APACT-MT);
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- Márcia Aparecida Coelho Presidente do CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável





JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses, vieram a público graves denúncias de que o INCRA estaria procedendo ao cancelamento unilateral de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis rurais em diversos municípios de Mato Grosso, inclusive em áreas tituladas há mais de vinte anos, atingindo pequenos e médios produtores, assentados e legítimos proprietários de boa-fé.

Segundo o deputado estadual Gilberto Cattani, que vem atuando ativamente na apuração dos casos, centenas de produtores rurais foram surpreendidos com a informação de que seus títulos haviam sido suspensos ou declarados nulos, sem processo administrativo regular, contraditório ou direito de defesa. Em algumas situações, as áreas atingidas já se encontravam produtivas, com infraestrutura consolidada, investimentos significativos e financiamentos em curso, o que agrava o risco de insegurança jurídica e prejuízo econômico irreparável.

As informações divulgadas pela imprensa regional e confirmadas por entidades representativas, como a Famato e sindicatos rurais do Estado, apontam que o procedimento adotado pelo INCRA não observou critérios de publicidade, motivação e transparência administrativa, contrariando os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e o devido processo legal administrativo previsto na Lei nº 9.784/1999. Há relatos, inclusive, de sobreposição de áreas, revisão de matrículas e reclassificação de lotes titulados, sem qualquer vistoria técnica prévia ou intimação dos interessados.

A gravidade dos fatos exige esclarecimentos públicos, especialmente considerando que a segurança jurídica da terra é condição essencial para a estabilidade produtiva do agronegócio brasileiro e para o cumprimento da função social da propriedade rural. O cancelamento irregular de títulos válidos afeta diretamente a confiança do produtor, o acesso ao crédito rural, a regularização fundiária e a imagem do Estado de Mato Grosso, além de poder configurar abuso de poder e violação aos direitos de propriedade garantidos pela Constituição Federal.

Diante disso, esta Comissão deve convocar representantes do governo federal e de órgãos competentes para prestar esclarecimentos e propor medidas corretivas.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

A realização desta audiência pública é medida necessária para que esta Comissão cumpra seu papel constitucional de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal e defender a segurança jurídica e o direito de propriedade rural, pilares da produção agropecuária nacional e da estabilidade fundiária do País.

Assim, gostaria de solicitar apoio aos membros dessa Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural- (CAPADR), para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025

José Medeiros
Deputado Federal PL/MT

Apresentação: 17/10/2025 09:56:23.270 - CAPADR

REQ n.213/2025

